**EDITAL Nº 0176/2026**

**PROCESSO LICITATÓRIO nº 0181/2026**

**CREDENCIAMENTO Nº 009/2026**

O MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA TORNA PÚBLICO, PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE A PREFEITURA MUNICIPAL, REALIZARÁ LICITAÇÃO NA MODALIDADE **CREDENCIAMENTO**, NA FORMA **ELETRÔNICA**, NOS TERMOS DA LEI Nº 14.133/2021, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, DA LEI Nº 11.488/2007 E DECRETO MUNICIPAL 8367/2023 E DAS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL.

**Data do início do credenciamento: 16/11/2026**

**Data do término do credenciamento: 15/11/2027**

Impugnações e Esclarecimentos até às 23:59 horas do dia **13/11/2026**.

Local de envio de documentos: *bocaiuva.mg.gov.br*

Critério da distribuição da demanda: rodízio.

## 1. DO OBJETO.

**1.1.** É objeto do presente edital o **CREDENCIAMENTO DE MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CALCETEIRO NO DISTRITO DE ENGENHEIRO DOLABELA E NA SEDE DO MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA/MG**, cujos valores, descrições e condições estão detalhadas no Termo de Referência (Anexo IV).

**1.2** Conforme art. 6º, inciso XLIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, define-se credenciamento como o processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados.

**1.3** O critério de seleção é o previsto no art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, ou seja, paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas.

## 2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

**2.1.** Poderão participar do presente processo e serão credenciadas todas as pessoas jurídicas interessadas que comprovarem atender a todas as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**2.2.** Os dados informados na *Solicitação de Credenciamento* são de responsabilidade dos interessados, que deverão comprová-los através da apresentação da documentação.

**2.3.** Não será admitida a participação:

a) aquele que não atenda às condições deste edital e seus anexos;

b) pessoa jurídica que se encontre, ao tempo do credenciamento, impossibilitada de participar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

c) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função no procedimento auxiliar de licitação

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar validade das assinaturas, acesse o link:
https://bocaiuva.sintesetecnologia.com.br/sigpprocessodigital/consultaDocumento.xhtml?controle=C000237135-E02-A2026

ou atue na fiscalização ou na gestão do termo de credenciamento, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

d) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/17 concorrendo entre si;

e) pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

f) agente público do Município, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria;

**2.4.** O impedimento de que trata a alínea "b" do item 2.3, supra, será também aplicado ao interessado que atue em substituição a outra pessoa, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do credenciado.

**2.5** Durante a vigência do termo de credenciamento, é vedado à credenciada contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função no procedimento auxiliar de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do termo de credenciamento.

**2.6** Com exceção dos documentos que, por sua natureza, não possuem prazo de validade, os demais documentos deverão ser apresentados dentro da validade neles expressa ou com data de expedição não superior a 03 (três) meses da data da *Solicitação de Credenciamento*.

**2.7** Os interessados deverão atuar em ramo de atividade compatível com o objeto do credenciamento

## 3. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

**3.1.** Para participar do credenciamento, o interessado deverá apresentar, exclusivamente por meio eletrônico, a SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO E a documentação DE HABILITAÇÃO para avaliação pela comissão de contratação designada, através do site *bocaiuva.mg.gov.br – Licitação - Prefeitura*, na aba do processo licitatório 0181/2026 - Credenciamento Nº. 009/2026 e entrar no campo "anexar documentos", será necessário anexar ARQUIVO ÚNICO" contendo todas as documentações.

**3.2.** O interessado organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/21.

**3.3.** A falsidade das declarações sujeitará o interessado às sanções previstas na Lei nº 14.133/21 e neste edital.

## 4. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

### 4.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

**4.1.1.** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

### 4.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar validade das assinaturas, acesse o link:
https://bocaiuva.sintesetecnologia.com.br/sigpprocessodigital/consultaDocumento.xhtml?controle=C000237135-E02-A2026

**4.2.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

**4.2.2.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**4.2.3.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**4.2.4.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**4.2.5.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

**4.2.6.** Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

**4.2.7.** Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

**4.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**.

**4.3.1.** Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

**4.3.2.** No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

**4.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.**

**4.4.1.** Conforme item 17 do termo de referência;

**4.5. DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES.**

**4.5.1.** Declaração Unificada;

**4.5.2.** Termo de solicitação de credenciamento;

## 5. DO PERÍODO DE HABILITAÇÃO E VERIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS.

**5.1** Aberto o período para solicitações de credenciamento, os interessados deverão entregar toda a documentação de habilitação.

**5.2** A análise dos documentos de habilitação será realizada pela comissão de contratação em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do requerimento acompanhado dos documentos.

**5.3** Os documentos de habilitação serão examinados pela comissão de contratação que verificará a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores.

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar validade das assinaturas, acesse o link:
https://bocaiuva.sintesetecnologia.com.br/sigpprocessodigital/consultaDocumento.xhtml?controle=C000237135-E02-A2026

**5.4** Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.

**5.5** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir

**5.6** Serão considerados habilitados e credenciados os interessados que cumprirem todas as exigências deste edital, sendo inabilitados e não credenciados aqueles que não cumprirem e não manifestarem interesse em complementar a documentação necessária.

**5.7** O prazo de vigência do credenciamento será de 1 (um) ano, contado da data de sua publicação, prorrogável por iguais e sucessivos períodos, a critério da Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, tendo em vista o disposto no art. 106 da Lei n.º 14.133/2021.

**5.8** A todo tempo, enquanto persistirem as necessidades da Administração, qualquer interessado que preencha os requisitos para o credenciamento, poderá habilitar-se.

## 6. DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS RECURSOS.

**6.1** Após a análise documental, a comissão de contratação apresentará a relação geral dos credenciados, assim como a complementará sempre que novos interessados se credenciarem.

**6.2** O processo de análise e o resultado serão homologados pelo Prefeito Municipal.

**6.3** Após o deferimento do credenciamento, o interessado será comunicado via correio eletrônico e publicação no Diário Oficial do Município, quando então será comunicado a assinar o termo de credenciamento, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de cancelamento.

**6.4** A lista dos credenciados, segundo os critérios do edital, será divulgada e mantida atualizada por meio dos sítios eletrônicos www.bocaiuva.mg.gov.br será publicada no Diário Oficial do Município.

**6.5** A homologação do requerimento vincula o credenciado, sujeitando-o, integralmente, às condições estabelecidas neste edital.

**6.6** A adesão de credenciados ao longo da vigência do credenciamento terá efeitos em relação apenas ao período remanescente de vigência.

## 7. DO CRITÉRIO DE DISTRIBUIÇÃO DA DEMANDA.

**7.1.** As contratações serão paralelas e não excludentes.

**7.2.** A lista de credenciados será divulgada considerando a classificação que será de acordo com a data de envio do **termo de solicitação de credenciamento e documentos de habilitação**, desde que eles atendem todas as exigências desse edital.

**7.2.1.** A empresa/fornecedor deverá fazer o envio dos documentos pelo e-mail indicado, após este envio o agente de contratação irá analisar a documentação, no prazo máximo de 05 (cinco) dias. Após análise o agente irá responder o e-mail, confirmando a empresa foi considerada habilitada ou não.

**7.2.2.** Será considerado, para efeito de ordem de classificação, a última data de envio dos documentos, quando estes forem aprovados pelo agente de contratação.

**7.3.** A convocação dos credenciados será na forma de rodízio seguindo a ordem de classificação

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar validade das assinaturas, acesse o link:
https://bocaiuva.sintesetecnologia.com.br/sigpprocessodigital/consultaDocumento.xhtml?controle=C000237135-E02-A2026

## 8. RECURSO.

**8.1** A interposição de recurso referente à habilitação ou inabilitação, à anulação ou revogação do credenciamento, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/21.

**8.2** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**8.3** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**8.4** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10(dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**8.5** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**8.6** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais interessados/credenciados será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, através do sistema eletrônico, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**8.7** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

## 9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

**9.1.** As sanções referentes à execução do termo de credenciamento são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

## 10. CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO.

**10.1** O prazo de vigência do credenciamento será de 1 (um) ano, contado da data de sua publicação, prorrogável por iguais e sucessivos períodos, a critério da Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, tendo em vista o disposto no art. 106 da Lei n.º 14.133/2021.

**10.2** Ao final de cada período de 1 (um) ano e durante a vigência deste credenciamento, será republicado o aviso do edital para credenciamento de novos interessados, sem prejuízo dos credenciamentos já homologados.

**10.3** A convocação para a assinatura do termo de credenciamento se dará após efetivada a habilitação do interessado, segundo os critérios deste Edital, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**10.4** O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte, durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

**10.5.** A minuta do termo de credenciamento a ser celebrado consta como anexo deste Edital.

## 11. DOS PREÇOS E DO PAGAMENTO.

**11.1** O valor fixado para a remuneração de cada item observará o estabelecido na tabela do Termo de Referência, podendo ser revisado ao final do período de 1 ano, contado da publicação deste edital.

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar validade das assinaturas, acesse o link:
https://bocaiuva.sintesetecnologia.com.br/sigpprocessodigital/consultaDocumento.xhtml?controle=C000237135-E02-A2026

**11.2** A revisão dos valores poderá ser realizada por meio da aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPC-A), estabelecido pelo IBGE, do acumulado no período de revisão, sem prejuízo da observância de eventual oscilação nos preços praticados no mercado.

**11.3** O Município poderá reduzir os preços previstos em edital e caberá aos credenciados, após comunicados, a decisão de se manterem ou não credenciados.

**11.4** Os novos valores decorrentes da atualização ou da revisão serão aplicados aos credenciamentos vigentes e àqueles credenciamentos realizados após concretizada a alteração dos preços constantes da tabela dos preços de referência, respeitada a data dos efeitos da alteração e a prévia comunicação aos credenciados, em caso de redução.

**11.5**. As sanções referentes à execução do termo de credenciamento são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

## 12. DAS HIPÓTESES DE DESCREDENCIAMENTO.

**12.1** O Município poderá promover o descredenciamento, a qualquer tempo, por razões devidamente fundamentadas em fatos supervenientes ou conhecidos após o credenciamento, que importem comprometimento da capacidade técnica, fiscal ou da postura profissional do Credenciado, ou ainda que fira o padrão ético ou operacional do trabalho, sem que caiba ao mesmo qualquer direito a indenização, compensação ou reembolso, seja a que título for.

**12.2** Aqueles que deixarem de cumprir a execução da demanda de serviços serão descredenciados.

**12.3** O credenciado poderá solicitar o seu descredenciamento a qualquer tempo, desde que requerido com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, desde que não pendentes ordens de serviço.

**12.4** Na hipótese de descumprimento das obrigações pelo credenciado, este estará sujeito às sanções previstas no Edital, seus Anexos e na Lei Federal nº 14.133/2021.

**12.5** O Município poderá, a qualquer tempo, buscar alternativas por outros modelos de gestão e contratação da prestação dos serviços objeto deste Edital.

## 13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL.

**13.1** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/21, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de início de credenciamento.

**13.2** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**13.3** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**13.4** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela comissão de contratação, nos autos do processo de licitação.

**13.5** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a abertura do processo de credenciamento.

**13.6** As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas no seguinte sítio eletrônico da Administração www.bocaiuva.mg.gov.br.

**13.7** As decisões e/ou respostas constarão no sistema e serão vinculativas.

## 14. DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO.

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar validade das assinaturas, acesse o link:
https://bocaiuva.sintesetecnologia.com.br/sigpprocessodigital/consultaDocumento.xhtml?controle=C000237135-E02-A2026

**14.1.** As obrigações do credenciado referentes à execução do termo de credenciamento são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

## 15. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO.

**15.1.** As obrigações do credenciado referentes à execução do termo de credenciamento são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

## 16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

**16.1.** A simples apresentação, pelo interessado, da documentação exigida no presente certame não induzirá automática celebração do termo de credenciamento, sendo esta submetida à habilitação.

**16.2.** O Município poderá alterar, revogar ou anular o presente credenciamento, na forma da lei, sem que caiba aos participantes qualquer direito a reembolso, indenização ou compensação.

**16.3.** Os casos omissos serão decididos pela comissão de contratação, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021.

**16.4** A Administração tem a prerrogativa de fiscalizar o cumprimento satisfatório do objeto da presente licitação, por meio de agente designado para tal função, conforme o disposto na Lei nº 14.133/21.

**16.5** Os licitantes assumem todos os custos de participação do credenciamento e o Município não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**16.6** Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**16.7** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**16.8** Fica eleito o Foro da Comarca de Bocaiuva para dirimir quaisquer litígios oriundos deste procedimento auxiliar e do termo de credenciamento dele decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

**16.9.** Este edital será divulgado e mantido à disposição do público em bocaiuva.mg.gov.br, permitindo o cadastramento permanente de novos interessados.

**16.10.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**ANEXO I -** MODELO TERMO DE SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO;
**ANEXO II –** MODELO DE DECLARAÇÃO ÚNICA;
**ANEXO III –** MINUTA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO;
**ANEXO IV –** TERMO DE REFERÊNCIA

Bocaiúva/MG, 09 de novembro de 2026.

Assinado Digitalmente por THIAGO PIRES SERAPIAO
Certificado Eletrônico Avançado - PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIUVA

**Thiago Pires Serapião**
**Secretária Municipal de Transporte, Trânsito e Iluminação Pública**

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar validade das assinaturas, acesse o link:
https://bocaiuva.sintesetecnologia.com.br/sigpprocessodigital/consultaDocumento.xhtml?controle=C000237135-E02-A2026

**ANEXO I – TERMO SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO (MODELO)**

**PROCESSO LICITATÓRIO nº 0181/2026**

**CREDENCIAMENTO Nº 009/2026**

Através do presente, a proponente ..... , inscrita no CNPJ sob o nº _____, telefone (__) _____, e-mail _____, localizada no endereço _____, bairro _____, no Município de _____, ___, tendo como responsável o Sr.(a) _____, portador(a) do documento de Identidade nº _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, vem aderir ao **CREDENCIAMENTO DE MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CALCETEIRO NO DISTRITO DE ENGENHEIRO DOLABELA E NA SEDE DO MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA/MG**, nos itens descritos a tabela abaixo.

| ITENS | DESCRIÇÃO | UNID. | VALOR UNITÁRIO |
|---|---|---|---|
| | | | |

LOCAL E DATA

_____

NOME DA EMPRESA

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar validade das assinaturas, acesse o link:
https://bocaiuva.sintesetecnologia.com.br/sigpprocessodigital/consultaDocumento.xhtml?controle=C000237135-E02-A2026

**ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO ÚNICA**

**PROCESSO LICITATÓRIO nº 0181/2026**

**CREDENCIAMENTO Nº 009/2026**

Ao

MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA

(Razão Social) _____, inscrita no CNPJ/MF nº _____, sediada no endereço _____, na cidade de _____, por seu representante legal, CPF _____ e portador do RG _____, que ao final subscreve, **DECLARA EXPRESSAMENTE** a quem interessar possa e para fins de atendimento do edital e processo em referência, QUE:

**a)** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

**b)** Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**c)** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

**d)** Inexiste quaisquer fatos impeditivos de sua habilitação e que a mesma não foi declarada inidônea por Ato do Poder Público Municipal, ou que esteja temporariamente impedida de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública de Erval Velho ou quaisquer de seus órgãos descentralizados (inciso III e IV do art. 156 da Lei 14.133/2021);

**e)** Não possui funcionário público no quadro societário da empresa;

**f)** Está adequada à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – Lei nº 13.709/2018;

**g)** Conhece na íntegra o Edital, está ciente e concorda com as condições impostas nele e em seus anexos, ao passo que se submete às condições nele estabelecidas, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**h)** Atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

**i)** DECLARA que o cálculo do valor da contratação considera taxa de risco compatível com o objeto da licitação e com os riscos atribuídos ao contratado.

**j)** Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do art. 299 do Código Penal.

LOCAL E DATA

_____

NOME DA EMPRESA

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar validade das assinaturas, acesse o link:
https://bocaiuva.sintesetecnologia.com.br/sigpprocessodigital/consultaDocumento.xhtml?controle=C000237135-E02-A2026

## ANEXO III – MINUTA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

O **MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA**, com sede na Rua Mariana de Queiroga, nº. 141, Centro, na cidade de Bocaiúva/MG, inscrito(a) no CNPJ/2MF sob o nº 18.803.072/0001-32, neste ato representado PREFEITO CONSTITUCIONAL, ROBERTO JAIRO TORRES, portador do RG nº. MG-3.970.657 e do CPF nº. 745.315.906-78, considerando o julgamento da licitação na modalidade de credenciamento nº ...../200.., processo licitatório n.º ...../200.., RESOLVE celebra este termo credenciamento, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133/2021, da Lei nº 123/2006 e Decreto Municipal 8367/2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

### 1. DO OBJETO.

**1.1.** O objeto deste processo licitatório é o **credenciamento xxxxxxxxxxxx,** conforme especificações e quantidades constantes Termo de Referência anexo ao edital do processo citado acima.

### 2. DOS PREÇOS E ESPECIFICAÇÕES.

**2.1.** O preço que será pago pelos serviços para atender a Prefeitura Municipal de Bocaiúva corresponde a quantia definida na tabela abaixo:

| ITENS | DESCRIÇÃO | UNID. | VALOR UNITÁRIO |
|---|---|---|---|
| | | | |

### 3. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

**3.1.** As dotações orçamentárias destinadas ao pagamento do(s) serviço(s) realizado(s) estão previstas e indicadas no processo, conforme abaixo:

- 

### 4. VALIDADE DO TERMO.

**4.1.** O prazo de vigência do Credenciamento será até __ de _____ de _____, iniciando-se a partir da data de assinatura do presente Termo, prorrogável por iguais e sucessivos períodos, a critério da Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, tendo em vista o disposto no art. 106 da Lei n.º 14.133/2021.

### 5. DO PAGAMENTO.

**5.1.** O pagamento será conforme previsão do termo de referência.

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar validade das assinaturas, acesse o link:
https://bocaiuva.sintesetecnologia.com.br/sigpprocessodigital/consultaDocumento.xhtml?controle=C000237135-E02-A2026

## 6. DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE E DO CREDENCIADO.

**6.1.** As obrigações da CREDENCIANTE e do CREDENCIADO são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

## 7. DAS SANÇÕES.

**7.1.** As sanções referentes à execução do termo de credenciamento são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

## 8. DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO.

**8.1.** As sanções referentes à execução do termo de credenciamento são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

## 9. CONDIÇÕES GERAIS.

**9.1.** As condições gerais do fornecimento dos serviços, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor credenciado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO.

**10.1.** É eleito o Foro da Comarca de Bocaiúva para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Credenciamento que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de termo de credenciamento foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, foi assinado pelos contraentes.

....., ..... DE ..... DE 20***.

_____

Responsável legal da CREDENCIANTE

_____

Responsável legal da CREDENCIADA

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar validade das assinaturas, acesse o link:
https://bocaiuva.sintesetecnologia.com.br/sigpprocessodigital/consultaDocumento.xhtml?controle=C000237135-E02-A2026

# TERMO DE REFERÊNCIA

## 1. OBJETIVO.

**1.1.** Credenciamento de Microempreendedores Individuais, para prestação de serviço de calceteiro na sede do Municipio e nos distritos de Bocaiuva/MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

**1.1.1.** Estimativas de consumo:

| Menor Valor | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **Item** | **Unidade** | **Quant** | **Descrição** | **Valor Unitário** |
| 01 | metros quadrados | 15.000,00 | Mão de obra de serviços de calceteiro para assentamento de blocos sextavados. Distrito de Dolabela. | R$: 13,63 |
| 02 | metros quadrados | 30.000,00 | Mão de obra de serviços de calceteiro para assentamento de blocos sextavados. Sede do Município. | R$: 13,63 |
| 03 | Metros | 10.000,00 | Mão de obra para execução de guias de meio-fio pré-moldados. Distrito de Dolabela | R$: 16,31 |
| 04 | Metros | 20.000,00 | Mão de obra para execução de guias de meio-fio pré-moldados. Sede do Município. | R$: 16,31 |
| 05 | Metros | 4.000,00 | Mão de obra para execução de sarjetas em concreto moldada in loco. Distrito de Dolabela. | R$: 20,75 |
| 06 | Metros | 10.000,00 | Mão de obra para execução de sarjetas em concreto moldada in loco. Sede do Município. | R$: 20,75 |



Este documento foi assinado digitalmente, para verificar validade das assinaturas, acesse o link:
https://bocaiuva.sintesetecnologia.com.br/sigpprocessodigital/consultaDocumento.xhtml?controle=C000237135-E02-A2026

A estimativa do valor da contratação decorrente do presente credenciamento foi realizada mediante pesquisa de preços e análise de referências oficiais de custos, considerando, especialmente, os valores de mão de obra constantes das composições de custos das tabelas SINAPI, aplicáveis à execução dos serviços objeto deste estudo.

Para a definição dos valores estimados, foi observado o princípio da economicidade, buscando-se estabelecer preços compatíveis com os praticados no mercado e com contratações anteriormente realizadas pelo Município para serviços de natureza semelhante. Ressalta-se que, nas contratações anteriores, os valores contemplavam tanto o fornecimento de materiais quanto a mão de obra, enquanto o presente credenciamento terá por objeto exclusivamente a prestação de serviços de mão de obra.

De forma complementar, foram utilizadas as composições de custos constantes da tabela SINAPI, especificamente quanto aos custos relativos à mão de obra, como parâmetro oficial para a formação dos preços estimados, de modo a assegurar maior razoabilidade, economicidade e vantajosidade à contratação para o Município.

Assim, considerando a metodologia adotada e os parâmetros de preços utilizados, o valor total estimado para o presente credenciamento corresponde a R$ 1.393.150,00 (Um milhão, trezentos e noventa e três mil, cento e cinquenta reais.). Sendo para os itens; 01,02,03,04,05 e 06.

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO.

O município de Bocaiuva, necessita de serviços de calceteiro visto que o mesmo é essencial para execução e manutenção de vias e calçadas publicas e não dispomos de quantidade de mão de obra no quadro de funcionários do município suficiente para realização destes serviços, devido a constante demanda nos distritos de Bocaiuva/MG. Faz-se necessário a contratação de empresa especializada para execução dos serviços.



Este documento foi assinado digitalmente, para verificar validade das assinaturas, acesse o link:
https://bocaiuva.sintesetecnologia.com.br/sigpprocessodigital/consultaDocumento.xhtml?controle=C000237135-E02-A2026

## 3. DETALHAMENTO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.

**3.1.** Os serviços deverão ser prestados conforme projeto ou orientação do responsável pela obra.

**3.2.** Esta especificação técnica estabelece os requisitos e procedimentos para o assentamento de blocos sextavados de concreto de 30cm em vias. A correta execução do assentamento é essencial para garantir a durabilidade e a funcionalidade da superfície viária.

**3.2.1. Procedimentos de Execução:**

- **Limpeza:** Remoção de todos os detritos, vegetação e materiais orgânicos da área de assentamento.
- **Cama de assentamento:** Distribuição de areia, deverá espalhar uma camada de areia média lavada de aproximadamente 5 cm de espessura.
- **Nivelamento:** Deverá nivelar a areia com a régua de alumínio para garantir uma superfície uniforme.
- **Assentamento dos Blocos Sextavados:** Posicionamento, deverá iniciar o assentamento dos blocos sextavados a partir de um canto, seguindo um padrão de junta travada ou conforme especificação do projeto ou orientação do responsável pela obra.
- **Ajuste e Nível:** Deverá ajustar cada bloco com um martelo de borracha e verificar o nível com o nível de bolha.
- **Ajustes Finais:** Deverá realizar cortes de blocos, se necessário, para ajuste nas extremidades e cantos.
- **Rejuntamento:** Distribuição de areia fina, deverá espalhar areia fina seca sobre os blocos assentados.
- **Vassouração:** Deverá varrer a areia para preencher as juntas entre os blocos.
- **Repetição:** Deverá repetir o processo de distribuição de areia e compactação até que todas as juntas estejam completamente preenchidas.
- **Controle de Qualidade:** Verificação de nível e alinhamento, deverá inspecionar regularmente o nível e o alinhamento dos blocos durante o assentamento, utilizar régua e nível de bolha para garantir a uniformidade da



Este documento foi assinado digitalmente, para verificar validade das assinaturas, acesse o link:
https://bocaiuva.sintesetecnologia.com.br/sigpprocessodigital/consultaDocumento.xhtml?controle=C000237135-E02-A2026

superfície.

- **Preenchimento de Juntas:** Deverá assegurar que todas as juntas estejam completamente preenchidas com areia fina, repetir a aplicação de areia e compactação, se necessário.

**3.3.** Esta especificação técnica estabelece os requisitos e procedimentos para o assentamento de guias de meio-fio pré-moldadas de 12x30x80 ou 12x30x100cm e sarjetas moldadas in loco de 30 cm ou 20cm em vias. A correta execução desses elementos é essencial para garantir a durabilidade e funcionalidade do sistema de drenagem e infraestrutura viária.

**3.3.1. Procedimentos de Execução:**

- **Limpeza:** Deverá remoção de todos os detritos, vegetação e materiais orgânicos da área de assentamento.
- **Escavação:** Deverá fazer a execução da escavação de acordo com o nível de projeto, considerando a espessura da base e da guia de meio-fio.
- **Assentamento da Guia de Meio-Fio:** Preparação da base, deverá compactar uma camada de 10 cm de brita ou pó de pedra no fundo da vala de assentamento.
- **Nivelamento:** Deverá utilizar régua de alumínio e nível de bolha para garantir o nivelamento da base.
- **Assentamento:** Deverá posicionar as guias de meio-fio sobre a base preparada, ajustando com martelo de borracha e verificando o alinhamento e nível.
- **Juntas:** As juntas entre as guias devem ser preenchidas com argamassa de cimento e areia na proporção 1:3.
- **Montagem das Fôrmas:** Deverá instalar as fôrmas para moldagem das sarjetas, garantindo a estabilidade e o alinhamento.
- **Preparação do Concreto:** Deverá misturar o concreto na betoneira, utilizando a proporção adequada de cimento, areia, brita e água.
- **Lançamento do Concreto:** Deverá verter o concreto nas fôrmas, garantindo a compactação adequada para evitar vazios.



Este documento foi assinado digitalmente, para verificar validade das assinaturas, acesse o link:
https://bocaiuva.sintesetecnologia.com.br/sigpprocessodigital/consultaDocumento.xhtml?controle=C000237135-E02-A2026

- **Acabamento:** Deverá nivelar e desempenar a superfície da sarjeta, garantindo o caimento adequado para o escoamento da água.
- **Cura:** Deverá manter a sarjeta úmida por no mínimo 7 dias para garantir a cura adequada do concreto.
- **Controle de Qualidade:** Verificação de nível e alinhamento, deverá inspecionar regularmente o nível e o alinhamento das guias de meio-fio e sarjetas durante o assentamento. Utilizar régua e nível de bolha para garantir a uniformidade da superfície.
- **Acabamento e Cura:** Deverá assegurar que todas as juntas das guias de meio-fio estejam completamente preenchidas com argamassa.
- Garantir a cura adequada do concreto das sarjetas para evitar fissuras e garantir a durabilidade.

## 4. DO CRITÉRIO DA DISTRIBUIÇÃO DA DEMANDA.

**4.1.** As contratações serão paralelas e não excludentes:

**a)** A lista de credenciados será divulgada considerando a classificação que será de acordo com a data de envio do termo de solicitação de credenciamento e documentos de habilitação, desde que eles atendem todas as exigências desse edital.

**b)** Para participar do credenciamento, o interessado deverá apresentar, exclusivamente por meio eletrônico, a SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO E a documentação DE HABILITAÇÃO para avaliação pela comissão de contratação designada, através do site bocaiuva.mg.gov.br – Licitação – Prefeitura, na aba do referido processo licitatório e entrar no campo "anexar documentos", será necessário anexar ARQUIVO ÚNICO" contendo todas as documentações.

**c)** Será considerado, para efeito de ordem de classificação, a última data de envio dos documentos, quando estes forem aprovados pelo agente de contratação.

**4.2.** A convocação dos credenciados será na forma de rodízio seguindo a ordem de classificação.



Este documento foi assinado digitalmente, para verificar validade das assinaturas, acesse o link:
https://bocaiuva.sintesetecnologia.com.br/sigpprocessodigital/consultaDocumento.xhtml?controle=C000237135-E02-A2026

## 5. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS.

**5.1.** A natureza do objeto a ser contratado é de natureza comum nos termos do parágrafo único, do artigo 1º, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, e as especificações dos serviços estão definidas de forma clara, concisa e objetiva e que as unidades de medida atendem ao princípio da padronização usual existente no mercado.

## 6. DO PLANEJAMENTO.

**6.1.** O processo de credenciamento encontra-se amparado pela adequação orçamentária e é compatível com a Lei de diretrizes Orçamentárias e com o Plano plurianual.

**6.2.** A estimativa do valor da contratação encontra-se amparada por pesquisa de preços pelo Setor de Compras onde foi utilizado o valor da mão de obra para execução dos serviços, incluso transporte e alimentação.

**6.3.** Os serviços solicitados não necessitam de logística reversa.

## 7. ENTREGA E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

**7.1.** O prazo de início dos serviços é de até **05 (cinco)** dias, em conformidade com o este Termo de Referência e a Emissão da ORDEM DE SERVIÇO emitida pela Secretaria Municipal demandante. O local de prestação do serviço será acordado com a secretaria demandante.

**7.2.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser refeitos no prazo de **até 03 (três) dias,** a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**7.3.** O recebimento do serviço não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.



Este documento foi assinado digitalmente, para verificar validade das assinaturas, acesse o link:
https://bocaiuva.sintesetecnologia.com.br/sigpprocessodigital/consultaDocumento.xhtml?controle=C000237135-E02-A2026

## 8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

**8.1.**São obrigações da Contratante:

**8.1.1.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

**8.1.2.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

**8.1.3.** Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

**8.1.4.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através do servidor Helder Lima Goudinho.

**8.1.5.** Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

**8.2.**A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

**9.1.**A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

**9.1.1.** Efetuar a prestação dos serviços, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.



Thiago P.

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar validade das assinaturas, acesse o link:
https://bocaiuva.sintesetecnologia.com.br/sigpprocessodigital/consultaDocumento.xhtml?controle=C000237135-E02-A2026

**9.1.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da prestação de serviços, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**9.1.3.** Reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, os serviços com defeitos;

**9.1.4.** Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**9.1.5.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**9.1.6.** Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

**9.1.7.** Utilizar suas próprias ferramentas e equipamentos para a realização dos serviços, não sendo a contratante obrigada a fornecê-los (exceto a máquina extrusora), bem como a responsabilidade pelo transporte e alimentação.

**9.1.8.** Os prestadores serão responsáveis e obrigados a utilizar todos os equipamentos obrigatórios de segurança.

**9.1.9.** Responsabilizar-se, em relação aos seus empregados, prepostos e ao serviço, por todas as despesas decorrentes da execução dos instrumentos contratuais, tais como salários, encargos sociais, taxas, impostos, seguro por acidente de trabalho, transporte, hospedagem, alimentação, EPI e outros que venham a incidir sobre o objeto do Termo de Credenciamento/contrato decorrente do Credenciamento, observando rigorosamente todas as prescrições relativas às leis trabalhistas e previdenciárias ou correlatas, vigentes no país.

**9.1.10.** Responder por quaisquer prejuízos que vier a causar ao órgão/entidade contratante e à terceiros, decorrentes de ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente.

**9.2.** É importante que os calceteiros usem práticas sustentáveis, como implementar um plano de gerenciamento de resíduos para garantir que os resíduos gerados sejam reciclados ou descartados de maneira ambientalmente correta.



Este documento foi assinado digitalmente, para verificar validade das assinaturas, acesse o link:
https://bocaiuva.sintesetecnologia.com.br/sigpprocessodigital/consultaDocumento.xhtml?controle=C000237135-E02-A2026

**9.3.** Realizar o manuseio cuidadoso de areia, cimento e demais materiais pulverulentos, evitando seu espalhamento. Quando necessário, realizar o umedecimento controlado das superfícies e dos materiais, sem desperdício de água, além de armazenar os insumos em locais protegidos e adequados. Os trabalhadores deverão utilizar equipamentos de proteção individual apropriados para reduzir a exposição à poeira.

**9.4.** Planejar a execução dos serviços de modo a reduzir sobras e perdas de materiais. Os resíduos deverão ser separados conforme sua natureza, acondicionados em locais apropriados e encaminhados para reutilização, reciclagem ou destinação final ambientalmente adequada, quando aplicável. É vedado o descarte de resíduos em vias públicas, terrenos baldios, cursos d'água ou áreas não autorizadas.

**9.5.** Utilizar a água de forma racional, limitando seu consumo às necessidades efetivas de preparo de argamassas, concretos, umedecimento e limpeza. Deverão ser evitados vazamentos, e procedimentos de limpeza que provoquem desperdício.

**9.6.** Manter sarjetas, bocas de lobo e demais dispositivos de drenagem desobstruídos durante a execução dos serviços. Areia, solo, fragmentos de blocos e outros materiais deverão ser recolhidos regularmente, especialmente antes de períodos chuvosos, evitando seu carreamento pela água da chuva e o comprometimento do escoamento superficial.

**9.7.** Organizar a execução dos serviços por trechos, de forma a reduzir as interferências no trânsito e nos acessos aos imóveis. As áreas em obras deverão ser devidamente sinalizadas e isoladas, com adoção de medidas de segurança para pedestres e veículos, garantindo, sempre que possível, rotas alternativas seguras e acessibilidade provisória.

**9.8.** Organizar as atividades de modo a evitar ruídos desnecessários, priorizando sua execução em horários compatíveis com as normas municipais aplicáveis. O manuseio de blocos, ferramentas e materiais deverá ocorrer de forma cuidadosa, reduzindo impactos sonoros e incômodos à população do entorno.

**9.9.** Manter os materiais organizados e armazenados em locais previamente definidos, evitando a ocupação desnecessária de passeios, vias públicas e acessos aos imóveis. Ao término de cada jornada de trabalho e após a conclusão dos serviços,



Este documento foi assinado digitalmente, para verificar validade das assinaturas, acesse o link:
https://bocaiuva.sintesetecnologia.com.br/sigpprocessodigital/consultaDocumento.xhtml?controle=C000237135-E02-A2026

deverão ser realizadas a limpeza e a organização do local, com remoção de sobras e resíduos.

## 10. DA SUBCONTRATAÇÃO.

**10.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## 11. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA.

**11.1.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## 12. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO.

**12.1.** Nos termos do art.117 da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

**12.2.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com os artigos. 119,120 e 121 da Lei nº 14.133, de 2021.

**12.3.** O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.



Este documento foi assinado digitalmente, para verificar validade das assinaturas, acesse o link:
https://bocaiuva.sintesetecnologia.com.br/sigpprocessodigital/consultaDocumento.xhtml?controle=C000237135-E02-A2026

## 13. DO PAGAMENTO.

**13.1.** O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**13.2.** Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

**13.3.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

**13.4.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

**13.5.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**13.6.** Antes de cada pagamento à contratada, será realizada de forma on-line consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

**13.7.** Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

**13.8.** Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público,



Este documento foi assinado digitalmente, para verificar validade das assinaturas, acesse o link:
https://bocaiuva.sintesetecnologia.com.br/sigpprocessodigital/consultaDocumento.xhtml?controle=C000237135-E02-A2026

bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

**13.9.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**13.10.** Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

**13.11.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação de habilitação.

**13.11.1.** Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

**13.12.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**13.12.1.** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 14. DO REAJUSTE.

**14.1.** Em caso de prorrogação do Edital de Credenciamento e/ou do Termo de Credenciamento, os valores estabelecidos poderão ser reajustados, respeitando, para tanto, a variação do IPCA dos últimos 12 meses.



Este documento foi assinado digitalmente, para verificar validade das assinaturas, acesse o link:
https://bocaiuva.sintesetecnologia.com.br/sigpprocessodigital/consultaDocumento.xhtml?controle=C000237135-E02-A2026

## 15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

**15.1.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## 16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

**16.1.** Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, no seu artigo 155, a Contratada que:

Art. 155.O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - Dar causa à inexecução total do contrato;

IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar validade das assinaturas, acesse o link:
https://bocaiuva.sintesetecnologia.com.br/sigpprocessodigital/consultaDocumento.xhtml?controle=C000237135-E02-A2026

XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**16.2.** Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções de acordo com o Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa;

III - Impedimento de licitar e contratar;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - As naturezas e a gravidade da infração cometida;

II - As peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I do **caput** deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do **caput** do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do **caput** deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

§ 4º A sanção prevista no inciso III do **caput** deste artigo será aplicada ao



Este documento foi assinado digitalmente, para verificar validade das assinaturas, acesse o link:
https://bocaiuva.sintesetecnologia.com.br/sigpprocessodigital/consultaDocumento.xhtml?controle=C000237135-E02-A2026

responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do **caput** do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do **caput** deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - Quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - Quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do **caput** deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do **caput** deste artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Este documento foi assinado digitalmente, para verificar validade das assinaturas, acesse o link:
https://bocaiuva.sintesetecnologia.com.br/sigpprocessodigital/consultaDocumento.xhtml?controle=C000237135-E02-A2026

§ 9º A aplicação das sanções previstas no **caput** deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**16.3.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará de acordo com o art. 156 desta Lei, a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**16.4.** As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Prefeitura de Bocaiúva, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

**16.4.1.** Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **15 (QUINZE) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**16.5.** Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a Prefeitura ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

**16.6.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**16.7.** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

**16.8.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.



Este documento foi assinado digitalmente, para verificar validade das assinaturas, acesse o link:
https://bocaiuva.sintesetecnologia.com.br/sigpprocessodigital/consultaDocumento.xhtml?controle=C000237135-E02-A2026

**16.9.** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

**16.10.** As penalidades serão obrigatoriamente publicadas no órgão Oficial de Imprensa do Município.

## 17. DA CAPACITAÇÃO TÉCNICA

**17.1.** Os prestadores dos serviços, objeto desta contratação, deverão possuir atestado (s) de qualificação técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que o interessado prestou, a contento, serviço pertinente e compatível em características com o objeto do credenciamento; caso os atestados forem emitidos por pessoa jurídica de direito privado, obrigatoriamente deverá ter reconhecimento de Firma em cartório de notas. O atestado poderá ser substituído por comprovação de experiencia em carteira de trabalho, contrato de prestação de serviços.

## 18. PRAZO DE VIGÊNCIA

**18.1.** O prazo de vigência do credenciamento é de 12 meses, podendo ser prorrogado, por igual período, conforme Lei n° 14.133/2021.

**18.2.** O contrato decorrente do credenciamento terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

**18.3.** A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual.

**Bocaiuva, 29 de setembro de 2026.**

Thiago Pires Serapião

**Thiago Pires Serapião**

**Secretário Municipal de Transporte, Trânsito e Iluminação Pública**



Este documento foi assinado digitalmente, para verificar validade das assinaturas, acesse o link:
https://bocaiuva.sintesetecnologia.com.br/sigpprocessodigital/consultaDocumento.xhtml?controle=C000237135-E02-A2026